

## MARX E A ECONOMIA POLITICA CRITICA

Elivan Rosas Ribeiro

## 1. Introdução

Foi através da crítica à Economia Política, presente na obra dos autores clássicos, principalmente daqueles a quem atribuiu estatuto de autores científicos, que Marx pretendeu criar uma teoria econômica alternativa do que veio a designar por Modo de Produção Capitalista. Esta crítica, construída através da elaboração da sua obra *História Crítica da Mais-Valia*, é exaustivamente exposta em *O Capital*, a obra mais divulgada deste autor. Na realidade, *O Capital* foi obra *maldita* durante muitas décadas, pela ameaça que representava para o sistema capitalista, numa fase onde os níveis de desenvolvimento da produtividade da generalidade das atividades econômicas eram muito baixos e o sistema não se podia esquivar da responsabilidade pela miséria econômica e social das populações dos principais países ocidentais. Como é sabido, ele não poupou a burguesia de denúncias e ataques, em todos os níveis de sua obra, elaborada na perspectiva da *exploração do homem pelo homem* e emblematicizada pela polémica *lei do desenvolvimento social* que afirma *a história da humanidade como a história da luta de classes*.

Estes e outros condicionalismos a que estiveram sujeitas não apenas a obra, mas também a ação e a própria vida deste autor, influenciaram em grande medida a apreciação que dele fizeram tanto os seus seguidores, como os estudiosos, simpatizantes ou não, desta polémica obra econômica.

Muito embora hoje, menos maldito do que no passado, Marx e a sua obra continuam a suscitar polémica.

Marx, Ricardo e Smith, viveram muito próximos, em termos de tempo e espaço, pois, apesar das diferentes origens, os três autores escreveram as suas respectivas obras econômicas em Inglaterra, em anos que coincidiam ou estavam em torno dos acontecimentos econômicos associados à *revolução industrial*. É, no entanto, necessário chamar a atenção para o tempo histórico; ou seja, ter-se presente que, Smith escreveu na pre-revolução, a obra de Ricardo foi contemporânea desta mesma revolução, enquanto que Marx pode ser considerado da geração pós revolução.

Há, no entanto, diferenças substanciais de formulação entre estes três autores e ao observá-las deve-se ter em linha de conta que, umas, são certamente, decorrentes das suas diferentes visões de mundo, outras, de

métodos alternativos de pesquisa e de exposição, outras ainda, decorrentes das características mais visíveis, em cada um destes momentos da existência do capitalismo inglês, que serviu de modelo ou de inspiração a todos eles

É considerando estas variáveis influenciadoras do pensamento científico de cada um destes autores, que se pretende apresentar neste texto, a guisa de discussão, o seguinte:

a) Alguns aspectos do *núcleo duro da teoria econômica* de Marx marcadamente identificados com os da *teoria clássica*;

b) Algumas significativas inovações teóricas deste autor, que o distanciam dos clássicos;

c) Uma visão de Marx, ao mesmo tempo, como um crítico da *Economia Política Clássica* e como seu continuador através do desenvolvimento de uma nova forma de ver a economia que se pode designar como *Economia Política Crítica*.

## 2. As críticas de Marx a Smith e Ricardo

### 2.1. Sobre o valor

O primeiro passo dado por Marx que o torna diferente destes autores clássicos foi a sua concepção sobre o *modo de produção capitalista como um modo de produção historicamente determinado*, diferente dos modos de produção que o antecederam e, ao mesmo tempo, sujeito a transformações que permitiriam ao proletariado consciente o substituir por outro. Esta perspectiva presente em *O Capital* e em outras das suas obras, é resultado lógico da utilização do seu método, o *materialismo histórico*, outro dos aspectos que distanciam este autor dos autores clássicos.

Ao criar aquele método, Marx estava na realidade, como ele próprio explicitou, adaptando o *materialismo dialético* ao estudo das sociedades humanas, o que lhe permitiu constatar a existência e identificar, em cada uma delas, os pares dialéticos *forma e conteúdo*, *essência e aparência*, entre outros, que são categorias essenciais para a criação da sua teoria econômica e da subsequente formulação de leis, gerais e específicas, de transformação das sociedades e dos diferentes modos de produção possíveis de nelas existirem.

Esta grande inovação metodológica, entretanto, não o afastou dos clássicos na identificação das categorias constituintes do núcleo duro da sua

Esta grande inovação metodológica, entretanto, não o afastou dos clássicos na identificação das categorias constituintes do núcleo duro da sua *teoria econômica do capitalismo*, como por exemplo, *trabalho*, *valor*, *valor-de-uso* e *valor-de-troca*.

Marx também afastou-se dos clássicos quando escolheu a *mercadoria* para iniciar a exposição do seu estudo sobre a economia e sociedade burguesa e capitalista, categoria que classifica como *unidade de contrários* e como o mais simples e simultaneamente o mais complexo dos fenômenos presentes em qualquer sociedade mercantil, sendo o *valor* e o *valor-de-uso* os seus *contrários dialéticos*; e o *valor-de-troca*, a manifestação exterior do valor.

A rigor, ele identifica na *mercadoria*, um *valor-de-uso* como resultante dos atributos particulares e *concretos* das diferentes formas específicas de *trabalho* e *valor* como resultante dos atributos gerais do trabalho tais como, dispêndio de energia, que chamou de *trabalho abstrato*. Foi a partir dos atributos essenciais de cada uma destas categorias, que ele explicou a *grandeza do valor*, como uma resultante do tempo de trabalho. Rompendo com o impasse *smithiano*, presente no enigmático dualismo *tempo de trabalho incorporado versus tempo de trabalho comandado* e dando rigor a formulação de Ricardo, concluiu que a *grandeza do valor* de uma *mercadoria* depende não apenas do *tempo de trabalho*, mas do *tempo socialmente necessário à sua produção*, que somente se revela através de um ou mais *valores-de-troca*, que lhe sirvam de equivalentes.

## 2.2. Sobre a troca

A *troca* em si, não é apontado pelos clássicos como um fato cultural. Smith, por exemplo, identifica-a como resultante de uma *disposição natural para a troca*, inerente à essência dos seres humanos. Ou seja, com uma característica nata dos seres humanos. Já Marx, define as trocas como consequência do surgimento do excedente econômico e tomando, como ponto de partida, as trocas eventuais, aponta pelas vias lógica e histórica o aparecimento da categoria *preço*, como a forma mais flexível para realização das trocas das mercadorias. O *preço* adquire existência própria com o advento do dinheiro, que é das mercadorias, de longe, a que fornece a forma

mais perfeita de valor. Com a introdução do dinheiro no modelo de Marx, dissociam-se, na aparência das coisas, o *valor* e o *tempo de trabalho*, e o fenômeno da *alienação* (1), que preexiste à *troca enquanto principal objetivo da produção*, ganha nova dimensão.

As *trocas*, além de intrinsecamente estarem associadas ao *excedente econômico*; têm a sua evolução determinada pela evolução do próprio *valor-de-troca*, no seu papel de equivalente. Desta forma, do ponto de vista lógico e histórico dá-se uma correspondência muito estreita entre a existência eventual do excedente e a *forma simples do valor* e a do excedente regular e a sua *forma desenvolvida*. A passagem da *forma desenvolvida do valor* para a *forma geral do valor*, somente se tornou possível quando do aparecimento de mercadorias que tiveram aceitação geral como *equivalentes*, das quais se destacou o ouro, precursor mais importante da *forma dinheiro*.

A associação da visão *histórica* à *lógica* não é inovação de Marx, tendo principalmente Smith, utilizado esta mesma associação ao expor suas idéias de que o *trabalho incorporado* era a medida de grandeza do valor numa fase primitiva, sem a utilização do dinheiro como intermediário das trocas, e de que o *trabalho comandado* passava a ser esta medida nas sociedades mercantis desenvolvidas.

Nesta primeira abordagem e desenvolvimento da *teoria do valor*, Marx criticou as formulações dos clássicos, principalmente por achar que tanto Smith quanto Ricardo confundiram a *essência* com a *aparência* do fenômeno *mercadoria*, não conseguindo, por falta de rigor metodológico, distinguir o *valor* do *valor-de-troca*. No entanto, não se pode identificar nesta crítica, propriamente um ponto de rutura. Muito pelo contrário, trata-se de uma afirmação mais rigorosa da teoria do valor baseado no trabalho.

### 3.A teoria positiva de Marx

#### 3.1.A transformação do valor em preço

Um dos pontos onde a teoria de Marx mais avançou face a concepção de Smith e de Ricardo é aquele que se convencionou chamar de *transformação do valor em preço de produção*, que da sua obra econômica é um dos aspectos mais controvertidos.

Nesta passagem daquilo a que chamamos de teoria positiva, ele volta a reafirmar o pensamento clássico, apenas imprimindo-lhe um maior rigor conceitual e metodológico. Enquanto Smith e Ricardo entendiam o *preço* como

a adição do *salário natural* mais a *renda natural* e mais o *lucro natural*, admitindo, no entanto a existência de um *preço de mercado*, que gravitacionava em torno do preço natural, condicionado pela relação de oferta e demanda, Marx procura uma determinação exata para este preço.

Para Marx, o *preço de mercado* é também condicionado pela relação *oferta- demanda* e gravitaciona em torno de um *valor de mercado*, mas este preço é formado nas condições de concorrência entre os capitais, sendo uma espécie de média social dos *preços de produção*. Inovação essencial desta concepção teórica foi a utilização da categoria *mais-valia* e o artifício utilizado pelo autor para transformá-la em *lucro*. Lucro este que irá constituir a forma da apropriação privada, pelo capital, do excedente, ou *mais-valia*, produzido socialmente pela classe dos trabalhadores, através de uma *taxa média*, formada pela relação, que se estabelece em cada momento, entre a totalidade da *mais-valia* produzida e a totalidade do *capital* investido.

O rigor procurado por este autor para a determinação dos preços, suplanta em muito a formulação clássica da *teoria dos preços*, muito embora o seu método seja passível de críticas.

Nas mais diferentes versões, as críticas dirigidas a esta passagem da teoria de Marx, têm como um dos fundamentos a própria *transformação dos valores em preços*, visto a categoria *valor* pertencer ao *universo da essência*, enquanto o *preço* pertence ao *universo da aparência*. (2)

### 3.2. Teoria da repartição

A *repartição do rendimento*, em Marx, é determinável no limite do intervalo de variação, equivalente à área correspondente ao *valor novo gerado*. Dentro deste espaço, o montante destinado ao *capital variável* é, no limite inferior, aquele que garanta a reprodução necessária da *força de trabalho*, historicamente determinada, e, no limite superior o valor, que corresponda à totalidade do *valor novo gerado*, na *reprodução do capital*. Esta determinação, refere-se à parte do valor acrescentado que vai corresponder ao que ele designa por *valor da força de trabalho* e à parte que corresponderá à *mais-valia*, cingindo-se ao universo da *essência* do fenómeno.

Mas, a determinação do que chamamos *salário de mercado*, na sua teoria, é vista como resultado da negociação social, historicamente determinada, levada a cabo pelos capitalistas e pelos trabalhadores,

naturalmente nos limites daquele espaço de variação, onde joga papel decisivo as *leis de mercado*. Isto implica, que as manifestações do *valor da força de trabalho*, seja como *salário real*, ou como *salário nominal*, em O Capital, cai na indeterminação.

Smith Ricardo referem-se ao *salário* como *salário natural*, quando tentam encontrar a sua determinação *essencial*, sendo que o primeiro afirma a existência de uma *taxa natural de salário*, para a determinação do núcleo em torno do qual o *salário de mercado* será ajustado.

Tanto os Clássicos como Marx, mesmo que por razões diferentes, não conseguem propor uma fórmula rigorosa para a determinação dos salários.

### 3.3. Teoria da queda da taxa de lucro e o futuro do modo de produção capitalista

Quer Smith, quer Ricardo associam o desenvolvimento do capital e a acumulação com o movimento populacional. Ambos pressupõem que o crescimento do produto faz crescer a demanda por trabalhadores e com ela a tendência para o aumento dos salários. Os salários mais elevados, por sua vez, provocarão o crescimento populacional. Há diferenças entre estes autores com relação às consequências deste encadeamento causal. Smith tem uma visão positiva da acumulação embora considere necessários mecanismos de ajustamentos periódicos entre oferta e demanda de trabalho, enquanto Ricardo aceita a *lei de Malthus*, e a partir da combinação desta lei com a *lei dos rendimentos decrescentes na agricultura*, elabora uma teoria sobre a tendência secular do sistema capitalista para um *estado estacionário*.

A causa essencial do *estado estacionário* seria a gradual redução do *lucro* do capital, ocasionada pela subida também gradual da *renda da terra*, num primeiro momento, acompanhada da subida gradual do *salário*, em decorrência da primeira.

Marx, sobre a *acumulação* admite que no longo prazo, não o *lucro*, mas a *taxa de lucro* tende a ser reduzida, e ao contrário de Ricardo, vê nesta tendência um estímulo ao aumento da produtividade do *capital social global*. Isto significa que se a *taxa de lucro* tende a cair em decorrência da estabilidade da *taxa de mais-valia* e do crescimento da *composição orgânica do capital*, existem fatores que podem contrariar esta lei que são, entre

outros, o aumento da *taxa de exploração* e o barateamento dos elementos constitutivos do *capital constante*.

Além desta diferença formal na apreciação do movimento da lucratividade do *modo de produção capitalista*, Marx não extrai desta formulação nenhuma situação catastrófica para o futuro do sistema. Ele ao expor aquilo que designou por *lei geral da acumulação capitalista* defendeu a idéia de que a tendência do sistema seria para a intensificação do empobrecimento relativo e absoluto do *proletariado*, como decorrência da *concentração da riqueza e intensificação da exploração*, por um lado, e por outro, pela ampliação do que chamou *exército industrial de reserva*, não vislumbrando nem o fim do sistema, nem tampouco uma tendência para a estagnação.

### 3.4 Sobre as crises

Muitos dos adeptos da teoria econômica de Marx associam à *queda tendencial da taxa de lucro* ao fim do sistema capitalista. Parece claro, porém, que a sua obra em conjunto, mostra-nos que ele nunca acreditou na substituição do *modo de produção capitalista* por um *modo de produção* que não se baseie na *exploração do homem pelo homem*, que não fosse feita pela via revolucionária. Esta convicção não exclui do sistema a possibilidades e necessidade das *crises*.

Contrapondo-se radicalmente à *lei de Say*, atribui à crise econômico (3), um papel saneador da economia, através da qual a economia passa de desequilíbrios onde oferta é superior à demanda, para desequilíbrios onde esta situação é invertida. Ou seja, aos momentos de *depressão* sucedem momentos de *expansão*, passando a economia necessariamente por, pelo menos, um momento de *auge* e outro de *crise* propriamente dita. Estes momentos obedecem a uma certa periodicidade e, embora sejam tempos de grande exacerbação das contradições do sistema, não são obrigatoriamente momentos de ruptura ou de passagem para um sistema alternativo.

## 4. Marx e Mill - grandes sínteses do pensamento clássico

Se é legítimo isolar a obra econômica de Marx de suas obras filosófica e política, neste caso pode-se afirmar que Marx, enquanto economista foi um clássico, produzindo a melhor síntese desta corrente de pensamento econômico.

Em primeiro lugar ressalte-se o período temporal do essencial da obra dos autores que se convencionou agrupar sob a designação de Escola Clássica. Adam Smith (1723-1790); Jean Baptiste Say (1767-1832); Thomas Robert Malthus (1766-1834); David Ricardo (1772-1823); John Stuart Mill (1806-1873). Marx viveu entre 1818 e 1883.

Este período coincide com o desenvolvimento do *mercado* e a *desagregação da economia feudal* e inclui a *revolução industrial*. Neste contexto ganha terreno uma nova classe burguesa, que procura ter uma participação política compatível com a sua importância económica, e o seu antípoda, a classe operária. Um conjunto de novos filósofos, modernos, interpreta o mundo à luz da nova tendência, que é a tendência para a liberdade individual nascida em contraposição às regras que vigoravam no feudalismo. Os clássicos da economia, defendem uma nova ordem económica baseada na centralidade dos seus principais protagonistas. As forças do trabalho estão na primeira linha de preocupação de autores como Smith, Ricardo, Malthus, Mill. É neste caldo que se desenvolve também, a ideia de democracia burguesa, já anteriormente presente no *pensamento iluminista*.

Face a filosofia e a política, parece clara a ruptura entre o pensamento de Marx e o dos clássicos. Ele não defende, ao contrário acusa o regime burguês pela *miséria crescente da classe operária inglesa* e por todas as maselas sociais da época subsequente à *revolução industrial*.

Marx não somente ataca a *burguesia* como incita os trabalhadores à luta, tanto a nível reivindicativo sindical, como a nível político, pela tomada do poder. Entretanto, vistas as coisas apenas pela ótica da sua teoria económica, Marx permaneceu nos marcos da corrente clássica, resguardando os seus principais pressupostos, tais como, uma abordagem macroeconómica; uma teoria do valor associado ao trabalho; explicação do todo económico a partir da esfera da produção; a visão da acumulação e da repartição como uma decorrência de ajustamentos de oferta e demanda; a tentativa de encontrar uma explicação para as situações de desequilíbrios próprios ao sistema.

Parece não ser de todo destituído de legitimidade fazer um paralelo entre as obras de Marx e de Mill.

Em *O Capital* Marx apresenta uma das possíveis sínteses do pensamento clássico fundamentando desta forma, do ponto de vista da teoria económica, a *teoria da revolução do proletariado para eliminação da exploração do homem pelo homem*, ausente completamente desta obra.

Enquanto isso, Mill, seu contemporâneo, apresenta outra síntese, lógica, coerente e consistente, do pensamento clássico, fundamentando a sua teoria



social exposta sobretudo na sua obra de 1859 , *Sobre a Liberdade*, mas também visível através da sua ação política, no parlamento inglês, entre as quais se destacam; a luta pelo voto das mulheres, pela reforma agrária, pela liberdade sindical e pela abolição da escravidão, pelas reformas que na sua crença levariam a transformação do sistema capitalista num sistema justo e mais igualitário.

A grande e abissal diferença entre as duas sínteses está sobretudo nas perspectivas sobre o futuro do sistema.

Mill considera que a tendência inexorável do capitalismo é para um estado estacionário , não a maneira de Ricardo mas, nas palavras do autor , como uma enorme "melhoria da nossa condição atual ", ... "um estágio indispensável ao progresso da civilização"... "Um incidente do crescimento, não uma marca de declínio".

Marx considera o modo de produção capitalista como a pré-história da humanidade, mas do ponto de vista da teoria econômica não foi um demolidor do pensamento clássico e antes pelo contrário, inovou a velha matriz clássica dotando-a, através da sua crítica, de um método que a pode transformar de *Economia Política Clássica* numa *Economia Política Crítica*, cujo domínio é muito mais amplo do que o dos fundamentos para uma teoria política revolucionária.

## Notas

(1) A identificação da alienação, fenômeno pertencente ao universo das sociedades mercantis capitalistas, como reflexo das relações de troca, é um dos aspectos teóricos em que Marx se distancia dos autores clássicos. Não se chamou a atenção para este ponto, como, de resto, para muitos outros, onde há divergências entre a visão deste autor e a dos clássicos, por se considerar que estariam fora dos limites do objetivo deste *paper*, a saber, a caracterização de Marx, não como um *pensador*, mas como um *economista clássico*.

(2) Para os clássicos o *preço de mercado* ou *preço corrente* era o *preço* determinado pelo ajustamento de *oferta* e *demanda*, no *curto prazo*, e girava em torno do *preço natural*. No *longo prazo*, apesar das diferenças no tratamento da questão, tanto Smith como Ricardo associaram *preço* com *custo de produção*. A *teoria dos preços* desenvolvida por Marx, reconhecidamente uma tentativa de determinação dos *preços*, através da *transformação do valor*, foi muitas vezes contestada. Dentre os mais destacados críticos desta passagem da obra econômica de Marx estão:

Bohm Bawerk (1896), Bortkiewicz, L. von (1906), Piero Sraffa (1960), Moszkowska, Natalie (1935), Morishima, Michio (1973), Morishima e Catephores (1978).

(3) A teoria das crises, em Marx, está pouco desenvolvida, além de dispersa, ao longo de sua obra. Referimo-nos especificamente à *crise cíclica de superprodução*.

## BIBIOGRAFIA

MARX, Karl

(1945) HISTORIA CRITICA DE LA TEORIA DE LA  
TEORIA DE LA PLUSVALIA  
Fondo de Cultura Economica, México

(1987), O CAPITAL  
Abril Cultural, São Paulo

MILL, John Stuart

(1943) PRINCIPIOS DE ECONOMIA POLITICA,  
Fondo de Cultura Economica, México

RICARDO, David

(1982) PRINCIPIOS DE ECONOMIA POLITICA E  
TRIBUTAÇÃO  
Abril Cultural, São Paulo

SMITH, Adam

(1983) A RIQUESA DAS NAÇÕES  
Abril Cultural, São Paulo